

## EDITORIAL: ESCOLAS, FAMÍLIAS E LARES, UM CALEIDOSCÓPIO DE OLHARES

**Pedro Silva**

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria  
psilva@esel.ipleiria.pt

### Introdução

Vivemos tempos de mudança. Esta não pode deixar de afectar duas instituições sociais centrais da nossa sociedade, a Escola e Família, assim como a relação entre ambas.

A instituição escolar atravessa um período, ao que tudo indica, de considerável reforma, num sentido que é ainda difícil de discernir se se aproxima mais de um novo paradigma ou antes de um *back to basics*, embrulhado em, aparentemente, “novas” roupagens. Aliás, o sistema educativo português encontra-se numa situação que poderia ser caracterizada, desde há algumas décadas, de *reforma permanente* (o grande interregno é, de algum modo, constituído pela maioria dos anos do longo e bolorento regime salazarista). No meio de tanta letra (morta) sobressai a (dupla) ideia de que o sistema enferma de maleitas, ao mesmo tempo que ninguém se entende quanto à cura...

Algumas regularidades, todavia, tem sido possível encontrar nesta plêiade de medidas para todos os (des)gostos. Entre elas a do crescente apelo (em boa parte retórico, mas com tradução legislativa) a um progressivo estreitamento de relações entre escolas e famílias, quase sempre mais entendido como o incentivo à presença física dos encarregados de educação nos recintos escolares (independentemente de se saber porquê e para quê), do que revelando a preocupação com o que se passa na vertente lar, incluindo o equacionamento por parte das escolas de eventuais meios de apoio ao apoio que tantas vezes solicitam para casa e a que tantos pais gostariam de corresponder e nem sempre podem ou sequer sabem.

Se do lado da escola o panorama é este, do lado das famílias as últimas décadas têm mostrado não menores alterações, tanto a nível das estruturas como das dinâmicas (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998). Por um lado,



paradoxalmente, temos indicadores que nos aproximam mais dos países do Norte da Europa; por outro, vários relegam-nos iniludivelmente para um padrão típico dos países do Sul. Assim, por exemplo, a diminuição da população tem sido concomitante com o aumento do número de famílias; a taxa de assalariamento feminino é das mais elevadas e a de natalidade das mais baixas; as taxas de divórcio, de separação, de uniões de facto, de famílias reconstruídas têm crescido notoriamente, mas sempre com valores abaixo da média europeia, ao mesmo tempo que a família nuclear se mantém como o modelo dominante. As mentalidades e as práticas mudam mais lentamente, mas também aqui se registam significativas alterações. Como Ana Nunes de Almeida (1999) muito bem salienta, as mulheres têm vindo a ocupar terrenos tradicionalmente masculinos (incluindo as forças armadas e paramilitares), mas a vice-versa continua a não ser verdadeira.

Se assistimos a mudanças em cada uma destas instituições – escola e família – também não é menos importante realçar que é a própria interface escola-família que sofre mutações, que podem ser caracterizadas pelo termo de *reconfiguração* (Stoer e Silva, 2005). Não se trata, pois, necessariamente de uma situação de crise<sup>1</sup>. Um aspecto a salientar é que a pressão crescente para escolas e famílias se “entenderem” coincide com uma pressão social e profissional igualmente crescente sobre as famílias (quer, por exemplo, pelo facto de ambos os pais trabalharem, quer pelas exigências de âmbito profissional, quer pelo apoio às actividades extra-curriculares dos filhos<sup>2</sup>) que lhes retira tempo para outras actividades, nomeadamente quando não se lhes reconhece o sentido (Silva, 2003).

Não se pode afirmar que o campo de análise no âmbito da relação escola-família se encontre saturado ou sequer próximo disso. Todavia, a literatura especializada tem crescido significativamente nas últimas décadas, em particular nos últimos anos, incluindo pesquisa empírica, por vezes sob o formato de teses de mestrado e de doutoramento. Tentámos, na medida do possível, fugir a oferecer mais do mesmo. O conjunto de textos que apresentamos constitui uma pluralidade de olhares sobre escolas e famílias e suas intra e inter-relações. Pretendemos, genericamente, contribuir para problematizar as relações em causa. Boa parte da perspectiva privilegiada neste número é de cariz assumidamente sociológico, na medida em que julgamos que, assim, podemos obter uma visão mais multifacetada das interacções e dos interesses em jogo.

---

<sup>1</sup> De algum modo, sempre se falou em crise da escola e em crise da família. Além do mais, o termo “crise” pode ter, como se sabe, conotações várias, não necessariamente negativas.

<sup>2</sup> Com uma expressão significativa na nova classe média.



As metáforas têm normalmente um efeito sugestivo, um poder de sedução junto do leitor, que ajuda a criar uma espécie de empatia com o aspecto da realidade que para tal é – mais ou menos subtilmente – seleccionado. Esse efeito de sedução pode, contudo, ofuscar outros aspectos não menos importantes. Adjectivar, por exemplo, de “caleidoscópico” um conjunto de olhares, pode revelar-se falacioso. Por um lado, salienta – e bem – a diversidade, a riqueza, o colorido de perspectivas; por outro, pode concorrer para criar uma imagem de um misto de espontaneidade, de superficialidade, quiçá de incoerência, se não mesmo de algo a raiar o caos, que não poderia ser mais injusto.

É certo que pretendemos, através destes textos, contribuir para iluminar aspectos menos estudados da relação entre famílias e escolas, mas a multiplicidade de objectos de estudo que apresentamos é tecida em torno de algumas invariantes:

- Uma delas remete para o facto de estarmos perante *reflexões teóricas* que assentam em *pesquisas empíricas*. Não por acaso, a maioria destes textos resulta de investigações mais vastas e aprofundadas, incluindo a sua inserção em contextos academicamente institucionalizados, donde resultaram (ou resultarão) teses de mestrado e de doutoramento;

- Outra remete para a preocupação com a assunção do *ponto de vista dos actores sociais*: deparamo-nos com estudos onde estes ocupam um lugar central, onde nos é fornecido um entendimento sobre o seu próprio entendimento das interacções de que são protagonistas mor, sem que isso signifique deixar de lado um enquadramento estrutural;

- Paralelamente, encontramos alguns *actores tradicionalmente arredios*, pouco investigados, raramente “ouvidos”, com pouca ou nenhuma “voz” (por exemplo, crianças, jovens e alunos; associações de estudantes e associações de pais; famílias de meio operário ou de minorias étnicas). Assumimos, assim, um conjunto de pesquisas que cremos ser pouco etnocêntricas, no sentido de serem menos “escolocêntricas”, menos “adultocêntricas”, menos “investigadorocêntricas” do que aquilo que é habitual neste tipo de pesquisas;

- O já mencionado *olhar sociológico* que perpassa pela generalidade dos textos tem tradução numa preocupação com a desocultação dos interesses cruzados em jogo nas várias interacções, com a maior, menor ou mesmo (aparente) não racionalidade das opções tomadas, assim como com a margem de incerteza e com as relações de poder sempre omnipresentes em toda e qualquer relação.



Ao mesmo tempo que é possível enumerar algumas invariantes, também se torna imprescindível dar conta de alguma *diversidade*:

- A *pluralidade metodológica* dos estudos. Esta pluralidade assume um duplo cariz, na medida em que engloba o contraste de abordagens entre as distintas pesquisas bem como a heterogeneidade de procedimentos dentro de alguns dos estudos. No primeiro destes aspectos, há a mencionar a recusa da superioridade de uma dada abordagem metodológica a par da possibilidade de uma descoincidência – pelo menos parcial – entre olhares teóricos e posições epistemológicas. Os textos que se seguem socorrem-se de metodologias tão díspares como uma abordagem quantitativa com tratamento estatístico sofisticado dos dados (Ana Diogo) a, na extremidade oposta do leque, abordagens qualitativas como a etnografia (Maria José Casa Nova e Pedro Silva) ou mesmo a etnometodologia (Maria Gracinda Sousa). Paralelamente, temos estudos individuais que incluíram uma vertente de dominante quantitativa e outra de dominante qualitativa (caso de Susana Faria), eles próprios exemplo de pluralidade metodológica, se não mesmo de alguma *imaginação metodológica*, para usar a expressão-título de Daniel Bertaux (1986);

- A *multiplicidade de “entradas”* no campo em análise. Nalguns casos o foco da pesquisa situa-se do “lado” das famílias, noutros do “lado” da escola, noutros na sua interface, embora com uma maior preponderância do primeiro caso. Vamos, assim, em contracorrente, pois a esmagadora maioria dos estudos nesta área situa-se na vertente escola e não na vertente lar. Aqui procuramos mostrar que a relação entre famílias e escolas não se esgota na interação entre pais e professores, como consta de uma vasta bibliografia. Mais: a análise refina-se ao ponto de assumir literalmente o olhar das crianças e dos jovens (veja-se, por exemplo, a abordagem de Ida Winther);

- Já acima nos tínhamos referido à preocupação com o ponto de vista dos actores. Aqui queremos sublinhar a *multiplicidade de actores* considerados. Nalguns casos o ângulo de análise elege a família em si, noutros a criança, noutros o jovem, noutros o aluno, noutros as associações de estudantes, noutros as associações de pais, noutros cruza a categoria de família com a de classe social ou de pertença étnica, noutros incorpora ainda actores sociais como os ATL, as amas e os explicadores, para não mencionar as próprias escolas e os professores/educadores, actores tradicionais, se não mesmo dominantes, na maioria dos estudos;

- O *“cruzamento de sociologias”*. Já assinalámos a importância do olhar sociológico neste conjunto de textos. Convirá aqui explicitar que este olhar nem é exclusivo, nem constituiu qualquer requisito para a integração dos textos neste volume

e que nem todos os investigadores têm formação em sociologia. Esta, no entanto, acaba por “emprestar” um olhar crítico, problematizador, que perpassa pela generalidade dos textos (naturalmente em diferentes graus e com diferentes preocupações). Para além do contributo do que poderíamos designar por *sociologia geral* (quanto mais não seja por influência da formação académica de base de vários dos investigadores), é igualmente notória a contribuição de três *sociologias específicas*: a da educação, a da família e a da infância. A primeira, tradicionalmente mais centrada na instituição escolar; a segunda, nas dinâmicas familiares<sup>3</sup>; a terceira, na assunção do ponto de vista das crianças, constituindo um ramo que se poderá caracterizar como simultaneamente emergente e florescente, de tão promissor se tem revelado. Acontece que ainda não é vulgar assistirmos a este tipo de “colaboração”, de inquinação, de fertilização mútua, entre as inquietações e as perspectivas de cada um destes ramos, daí acharmos merecer a pena salientá-lo.

Vejam agora, sucintamente, o que nos oferecem os textos. Embora a sequência pudesse ser outra, optámos por começar pelo ponto de vista das crianças.

**Ida Winther**, socióloga dinamarquesa, num estudo invulgar pelo objecto teórico e pela abordagem metodológica, oferece-nos o olhar de *crianças* de 10-11 anos – a partir de fotografias por elas tiradas – sobre os seus próprios lares, em particular sobre os seus quartos, que se revelam constituir também o seu “mundo”. É também uma maneira de dizer que a família começa em casa...

**Manuela Ferreira**, através de um estudo etnográfico num jardim-de-infância, mostra-nos como brincar constitui uma actividade séria e insubstituível para as *crianças* e como, a partir daí, elas representam a relação com os adultos, incluindo a família e a educadora de infância.

**Teresa Sarmento e Joaquim Marques** assumem identicamente o ponto de vista das *crianças* a partir de trabalhos com elas realizados e oferecem-nos uma perspectiva diacrónica de como o olhar sobre a criança e pela criança tem vindo a ser progressivamente construído.

Passando agora das crianças para os jovens, **Ana Matias Diogo** reflecte, com base numa sofisticada análise estatística, sobre as opções dos *jovens* e famílias após a conclusão do ensino obrigatório e de como a condição de classe e a localização geográfica, a par das próprias dinâmicas familiares, contribuem para influenciar a oferta e a procura educativas.

---

<sup>3</sup> Esta é uma versão necessariamente esquematizada. Aliás, ambas (sociologia da educação e sociologia da família) incluem análises macro, meso e microssociológicas.



**Susana Faria**, adoptando estratégias investigativas quantitativas e qualitativas, estuda igualmente as opções tomadas pelos *jovens* à saída do 9º ano, centrando-se nos processos de decisão e no modo como eles são negociados (ou não) pelos jovens e suas famílias.

Os três textos seguintes debruçam-se sobre a *relação entre famílias de meios populares e de minorias étnicas com a escola*.

Assim, **Teresa Seabra**, com base em inquéritos por questionário administrados a cerca de oito centenas de alunos e em entrevistas a familiares, tenta entender os tipos de interacção com a instituição escolar e seus efeitos em termos de sucesso/insucesso por parte de *famílias de origem indiana e cabo-verdiana*.

**Maria José Casa Nova**, através de uma pesquisa de natureza etnográfica, tenta também entender os processos de socialização familiar e de género por parte de uma comunidade de *etnia cigana* e o modo como interagem com a escola e com que efeitos.

**Maria Gracinda Sousa** partilha connosco as suas reflexões sobre a possibilidade de pais de meio operário poderem (ou não) tornarem-se membros da comunidade escolar, através de um estudo etnometodológico, um tipo de abordagem raro entre nós.

Se os textos anteriores já nos aproximam da interface escola-família, com o de **Maria Mendel**, uma investigadora polaca especializada nesta relação, entramos decididamente nela, com as suas reflexões, derivadas de uma análise semiótica, sobre *espaços e lugares (spaces and places) para os pais* na escola e sobre como os espaços físicos são também sociais, configurando uma concepção – mais ou menos democrática – de escola e de sociedade.

**Eulália Faria** oferece-nos um outro ângulo de análise sobre a mencionada interface com um estudo sobre a problemática dos *trabalhos para casa* (vulgo TPC), um assunto que, de tão candente, tem motivado discursos tão fortemente fundamentalistas (pró e contra) quão pouco fundamentados, tanto mais que também sobre ele se regista um enorme défice de investigação. A autora mostra-nos como os TPC, tantas vezes, de “C” (casa) só têm o nome, pois acabam por ser realizados em todo o lado menos em casa (nos ATL, nas amas, nas explicadoras), o que pode contribuir para reforçar desigualdades sociais e escolares.

**Virgínio Sá** debruça-se sobre um outro aspecto menos estudado da interface, o que remete para as dimensões de actividade colectiva, neste caso de pais... e de alunos. Estuda, assim, as formas de actuação de associações de pais e de



associações de estudantes, tentando, ao mesmo tempo, perceber até que ponto estas formas de actuação organizada são concertadas ou não. Sublinhe-se que, se são escassos os estudos sobre associações de pais e encarregados de educação, eles ainda o são mais no que respeita às associações de estudantes, pelo menos no âmbito da relação escola-família. Este texto de Virgínio Sá será possivelmente pioneiro no que toca às formas de (não) articulação entre os dois tipos de organizações.

**Pedro Silva**, com base numa anterior pesquisa etnográfica, reflecte acerca do papel dos pais-professores (dirigentes associativos e/ou representantes parentais que são profissionalmente docentes), tentando perceber se eles se revelam “mais pais” ou “mais professores” e como é que a sua condição de classe os coloca numa posição de intérpretes privilegiados do processo de reconfiguração da relação entre escolas e famílias. Sublinhe-se que também aqui estamos perante um objecto de estudo raro, mesmo em termos internacionais.

Finalmente, **Maria Manuel Vieira** partilha connosco um conjunto de reflexões onde inclui a importante problemática da mercadorização da educação, também ela pouco abordada entre nós. O seu texto constitui, porém, acima de tudo, uma problematização da relação entre famílias e escolas, pelo que consideramos que faz todo o sentido figurar em último lugar.

Em suma, estamos perante um conjunto de textos onde a estreita relação entre teoria e empiria contribui para oferecer uma visão multifacetada de uma interacção interpretada por seres humanos que, quotidianamente, constroem e reconstroem os dilemas, os dramas e as dádivas de uma complexa relação.

Voltando às metáforas, agora de natureza pictórica, poderemos ver cada um dos textos referidos como um *fresco*, um fresco que nos dá conta de um aspecto particular da relação entre escolas e famílias e/ou dentro de cada uma destas instituições. No seu conjunto, estes frescos constituem como que um *mural*, o qual representa uma parte da infinita riqueza que caracteriza aquela relação, logo, uma representação sem a – impossível, mas também indesejável – pretensão da exaustividade.

### Referências Bibliográficas

Almeida, A. N. (1999). Ciências sociais e universos femininos em Portugal: Contributos para a mudança. *Educação, Sociedade e Culturas*, 11, 109-131.



- Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A., & Wall, K. (1998). Relações familiares: Mudança e diversidade. In J. M. Viegas e A. F. Costa (Orgs), *Portugal, Que Modernidade?* (pp. 45-78). Oeiras: Celta Editora.
- Bertaux, D. (1986). L'imagination méthodologique. *Revista Internacional de Sociologia*, 44(3), Julho-Setembro, Madrid.
- Silva, P. (2003). *Escola-família, uma relação armadilhada – Interculturalidade e relações de poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stoer, S. & Silva, P. (Orgs.)(2005). *Escola-família, uma relação em processo de reconfiguração*. Porto: Porto Editora.